



A prática da invisibilidade social sobre as áreas de concentração de pobreza na imprensa de Blumenau (SC)

Magali Moser¹
Jorge Kanehide Ijuim²

Resumo

Diante da imagem de cidade rica, polo industrial e detentora de um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, a cidade de Blumenau/SC esconde outra realidade por trás dos morros. O processo de exclusão associado a práticas de higienização social adotadas em todo o país se repetem no município conhecido por ostentar títulos como “Europa brasileira” e “Loira Blumenau”. Mas os contrastes observados em Blumenau são chocantes: dados do IBGE colocam a cidade como a maior possuidora de habitantes em favelas do Estado. No entanto, a invisibilidade social das áreas de concentração de pobreza alcança também a imprensa. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se o problema não existisse. A intenção deste artigo é provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo e problematizar a questão do deslocamento de populações numa clara demonstração de que para o poder público, ao longo do tempo, a prioridade é remover e não resolver a situação. Com base numa amostra de textos publicados pela mídia, pretendemos discutir os porquês do silêncio da imprensa regional para a exclusão social em Blumenau. A proposta de reflexão do trabalho se ampara nos conceitos de reportagem, jornalismo libertador e nas ideias de Boaventura de Sousa Santos.

Palavras-chave: Jornalismo e sociedade, Reportagem, Silêncio sobre a pobreza, Invisibilidade social, Blumenau.

La práctica de la invisibilidad social sobre las áreas de concentración de pobreza en la prensa de Blumenau (SC)

Resumen

Frente a la imagen de la ciudad rica, centro industrial y dueña de uno de los mejores Índice de Desarrollo Humano (IDH) en el país, la ciudad de Blumenau / SC esconde otra realidad detrás de las colinas. El proceso de exclusión asociado con las prácticas de higiene social adoptados en todo el país se repiten en el municipio conocido por lucir títulos como "Europa brasileña" y "Blonde Blumenau". Pero los contrastes observados en Blumenau son impactantes: datos del IBGE ponen la ciudad como el mayor poseedor de habitantes en los barrios pobres del Estado. Sin embargo, las áreas de la invisibilidad social de la concentración de la pobreza también

¹ Jornalista, especialista em Estudos Literários, mestranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora do Curso de Jornalismo da Universidade Regional de Blumenau (FURB) - magali.moser@gmail.com .

² Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da USP; Professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina UFSC) - ijuum@cce.ufsc.br .

llega a la prensa. A medida que el tema no aparece, es como si el problema no existiera. La intención de este artículo es el de provocar el debate sobre estas prácticas en el periodismo y la cuestión de los desplazamientos de población en una clara demostración de que para el gobierno, con el tiempo, la prioridad es eliminar y no resolver la situación. Sobre la base de una muestra de textos publicados por los medios de comunicación, tenemos la intención de discutir las razones del silencio de la prensa regional sobre la exclusión social en Blumenau. El trabajo de reflexión trabaja con los conceptos del periodismo de liberación y en las ideas de Boaventura de Sousa Santos.

Palabras claves: Periodismo y sociedade, Reportage, Silêncio sobre la pobreza, Invisibilidad social, Blumenau.

The practice of social invisibility on areas of poverty concentration in the press of Blumenau (SC)

Summary

In front of the rich city image, industrial center and holding one of the best Human Development Index (HDI) in the country, the city of Blumenau / SC hides another reality behind the hills. The deletion process associated with social hygiene practices across the country are repeated in the municipality, known for titles like "Brazilian Europe" and "Blond Blumenau". But the contrasts observed in Blumenau are shocking: IBGE data put the city as the largest possessor of inhabitants in slums of the state. However, the areas of social invisibility of poverty concentration areas also reaches the press. As the question rarely comes up, it is as if the problem did not exist. The intent of this article is to provoke debate about these practices in journalism and discuss the issue of population displacement in a clear demonstration that for the government, over time, the priority is to remove and not resolve the situation. Based on a sample of the media published texts, we intend to discuss the reasons of the silence of the regional press upon social exclusion in Blumenau. The reflection proposal of the work bolsters the report concepts, liberating journalism and in Boaventura de Sousa Santos ideas.

Keywords: Journalism and Society, Report, Silence about poverty, social invisibility, Blumenau.

Para além de um “Vale Europeu”

Uma outra Blumenau se esconde por trás da marcada pelas raízes alemãs, de gente gaiega, pele branca e olhos claros. Conhecida nacionalmente pela Oktoberfest – propagada como a segunda maior festa alemã do mundo, atrás apenas da de Munique, na Alemanha – o município no Vale do Itajaí constitui um dos polos econômicos mais significativos do Estado. Líder catarinense da geração de empregos por quatro anos consecutivos (2011 a 2014)³ e de-

³ De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O município é líder do ranking estadual de geração de empregos, com 4.777 registros de 2014.

⁴ Centenário de Blumenau e o Instituto Hans Staden. In: Boletim do Instituto Hans Staden. São Paulo, 02.08.1950, p 318.

tentora da sétima posição na classificação de todos os municípios brasileiros, incluindo as capitais, a terceira cidade mais populosa do Estado. Apresenta um dos melhores PIBs de Santa Catarina, com destaque nacional em diversos setores econômicos, como o têxtil e a informática. É reverenciada pelas tradições germânicas trazidas desde a chegada do farmacêutico responsável por batizar a então colônia, Hermann Blumenau, em 1850.

Embora costumeiramente aclamado como “herói”, há facetas escondidas na vida de Hermann que merecem aprofundamento e pesquisa. Uma delas se configura na sua proibição da circulação de jornais na Blumenau Colônia. Documentos históricos dão conta de que o fundador Hermann Blumenau era contra a veiculação de jornal, pois temia abusos e transtornos no seu empreendimento⁴.

O fato talvez explique porque a imprensa na cidade foi instituída com atraso, 31 anos após a fundação da colônia, em 1881, com a criação do jornal *Blumenauer Zeitung*, editado em língua alemã e fundado por Hermann Baumgarten. Possivelmente também ajude a entender práticas conservadoras ligadas à imprensa em Blumenau até hoje, como o fato de a cidade, embora considerada a terceira maior do Estado, tenha apenas um único jornal diário em circulação, e a resistência em abordar os problemas sociais que a acompanham. Questões históricas à parte, apesar dos indicadores positivos que colocam a cidade como referência, a realidade encontrada atrás dos morros destoa da imagem vendida nos cartões postais e inclusive em reportagens sobre Blumenau, considerando este o gênero jornalístico mais adequado para desvendar a realidade (LLOMBART, 2011).

Blumenau é a cidade catarinense com maior número de favelas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2010, o município possui mais habitantes que residem nas chamadas “aglomerações urbanas subnormais”: um total de 23.131 dos estimados 330 mil moradores do município. Os residentes em áreas de concentração de pobreza⁵ são 7,5% da população. Sabe-se que este é um exemplo entre tantos outros das cidades brasileiras. Mas talvez pelos números positivos que apresenta Blumenau como líder na geração de empregos do Estado e pelos indicadores econômicos e de qualidade de vida, os contrastes observados no município sejam ainda mais chocantes.

A cidade enfrenta o desafio de crescer de forma organizada e incluyente. As precárias

condições de moradia e infraestrutura somam pelo menos 47 áreas⁵ responsáveis por formar um abismo social entre a periferia e a imagem criada nos jornais. Este artigo se propõe a pensar de que maneira o Jornalismo pode contribuir para discutir o assunto. Além disso, propõe reflexões acerca da reportagem como formato capaz de gerar a contextualização necessária sobre a temática. Apesar de ter ocupado na década de 1980 o primeiro lugar no ranking nacional do IDH, Blumenau perdeu a posição especialmente pela crise no setor têxtil, como observam THEIS e ZENI (2000). Mas destaca-se ainda. Em relação aos 193 municípios catarinenses, a cidade ocupa a 7ª posição no levantamento.

O processo de ocultação da pobreza segue as práticas de remoções para “limpar a paisagem”, observadas no restante do país e remonta ao ano de 1949, com a transferência dos moradores da primeira favela de Blumenau, a Farroupilha, no Centro, às margens do Rio Itajaí Açu, para áreas afastadas, numa clara demonstração de que a prioridade do poder público era remover e não resolver a questão. Às vésperas das comemorações do centenário da cidade (1950), o então prefeito municipal, Frederico Guilherme Busch, acatou a recomendação de comissão constituída na Câmara de Vereadores com a remoção dos moradores daquela comunidade. Eles foram transferidos para áreas periféricas e precárias que tinham em comum o fato de estarem atrás dos morros e distantes da paisagem central, as Ruas Pedro Krauss Sênior, no Bairro Vorstadt, e Araranguá, no Garcia. Pretende-se aqui provocar o debate a respeito dessas práticas no jornalismo desde o deslocamento em 1949 das 102 famílias (cerca de 600 moradores) que residiam na Favela Farroupilha, sem quaisquer problematização por parte dos jornais na época, que se limitaram a registrar o episódio – talvez por a medida ser comum em outros centros urbanos naquele momento.

Araci Manoel Ponciano é testemunha de que historicamente Blumenau esconde seus pobres. Moradora da primeira favela na cidade, a Farroupilha, próximo à Ponte de Ferro, ela foi deslocada para a Rua Pedro Krauss Sênior. Perdeu a casa na tragédia de 2008 e foi parar num abrigo provisório. A trajetória da octogenária exemplifica os impactos da falta de uma política habitacional eficaz para as populações de baixa renda. Em entrevista concedida por

⁵ O número é resultado da pesquisa desenvolvida pela assistente social Jacqueline Samagaia (UFBA) em conjunto com a jornalista Magali Moser em 2010 e publicada na Revista Blumenau em Cadernos, do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, em março daquele ano com o título O Processo de Favelização em Blumenau. De acordo com o Censo, Blumenau possui 17 aglomerados. São eles: Cidade Jardim I e II, Coripós, Lot. Sol Nascente Morro da Figueira, Morro do Laguna, Morro do Valério, Morro Dona Edith, Rua Araranguá, Rua Benjamin Franklin, Rua Gervásio João Sena, Rua Gustavo Zeck, Rua Pedro Krauss Senior (Beco das Cabras), Toca da Onça, Vale do Selke, Vila Bromberg, Vila Jensen e Vila União. O número 47 é resultado da pesquisa feita pela autora juntamente com a assistente social Jacqueline Samagaia, publicado na Revista Blumenau em Cadernos em abril de 2010.

ela à autora em 2010 para o artigo *A indisfarçável favelização em Blumenau*, publicado na *Revista Blumenau em Cadernos*, do Arquivo Histórico de Blumenau, em abril daquele ano, Araci desabafou: “Fomos despejados como animais. Saímos com uma mão na frente e a outra atrás”. O objetivo era instituir, no local da Favela Farroupilha, um loteamento com residências de alto padrão a serem vendidas a terceiros (A NAÇÃO, 1949).

[...] o histórico da pobreza em Blumenau, ao se explicitar espacialmente como questão urbana, tem início já no final da década de 1920, mais especificamente em 1929, quando o processo de industrialização local estava se consolidando. O primeiro aglomerado que surgiu em condições “ilegais” do ponto de vista da aquisição dos terrenos, situava-se bem no centro da cidade, ao lado da ponte de ferro (hoje Ponte Aldo Pereira de Andrade) que outrora era passagem do trem. A ocupação do local tem relação direta com a construção da ponte de ferro, levando-se em conta que grande parte dos moradores da localidade eram operários que trabalhavam na sua construção. A pequena comunidade chegou a abrigar 102 famílias e foi autodenominada pelos próprios moradores de “Favela Farroupilha”, como ficou conhecida na cidade. (SAMAGAIA, 2010, p. 105).

Para o historiador Marcos César Muniz, cujo trabalho de conclusão do curso de graduação em História foi sobre a Favela Farroupilha, em 2007, na Furb, cria-se assim um apartheid social em Blumenau. Os não bem quistos, os pobres, chamados migrantes ou "os de fora" são isolados ou afastados do convívio direto com o restante da sociedade: A exclusão socioespacial se dá como algo natural. Os pobres devem viver distantes do Centro da cidade, do centro das discussões. A iniciativa de "varrer" os pobres do Centro era uma prática adotada no país inteiro na época. A busca pelo projeto "modernizante" com enfoque higienista, importado da Europa, servia de modelo na tentativa de "eliminação" dos pobres dos centros urbanos. Em Blumenau, a particularidade fica por conta dos morros e por essas áreas terem sido escondidas por tanto tempo.

O terreno onde ficava a antiga favela foi reflorestado, contribuindo para a apagamento da memória coletiva sobre o episódio. “O favelamento no Centro da cidade estava aumentando e por isso deveria ser escondido. É (...) esconder a pobreza atrás dos morros e colocar o pobre como o responsável pelos problemas existentes”, avalia a historiadora Evemara Faustino em artigo publicado, em 2002, na revista *Blumenau em Cadernos*. Mais de 60 anos após a medida, as duas áreas para onde os moradores foram removidos ainda concentram parte da população excluída do município, o que ratifica a ideia de que o deslocamento agravou o problema. O maior conglomerado de moradores em situação de pobreza em Blumenau é o da Rua Araranguá, bairro Garcia, com 3.741 habitantes, conforme do IBGE.

Esconder e maquiar os contrastes acompanham Blumenau desde a Favela Farroupilha

e persistem. Em 2002 o jornal alternativo de circulação nacional O Pasquim fez uma entrevista com o então prefeito de Blumenau Décio Lima (PT) que foi publicada com a seguinte manchete: “Blumenau é uma cidade sem favelas”. A pesquisa nas páginas dos jornais reforça a dificuldade da imprensa abordar o tema com aprofundamento e contextualização.

Raramente o jornalismo praticado na cidade consegue romper o silêncio sobre a existência dessas comunidades e abordar o assunto com a complexidade exigida. Como a questão dificilmente vem à tona, é como se não existisse. O senso comum reforça a ideia de que não há moradores em condições de risco e a concepção de “cidade jardim” ou “Vale Europeu” se mantém. As áreas de concentração de pobreza raramente aparecem na cobertura jornalística. Quando citadas, surgem de modo pejorativo. O silenciamento sobre essas comunidades, geralmente periféricas e distantes dos interesses econômicos disputados pelos jornais, costuma ser quebrado apenas quando há movimentos específicos que tomam dimensão para além daquelas áreas, de modo que se torna inevitável a cobertura pela imprensa.

Está longe de ser uma exclusividade de Blumenau. Em janeiro de 2014 a ocupação Amarildo, em Florianópolis, ganhou as páginas do Diário Catarinense, do Grupo RBS. A cobertura teve destaque nas edições dos meses de janeiro e fevereiro especialmente no espaço assinado pelo colunista político Moacir Pereira. O tom dos textos foi marcado por julgamentos, a começar pela escolha de termos impregnados de carga negativa que legitimam a expulsão dos ocupantes do terreno, como “invasões ilegais”. Em 21 de janeiro, na página 6, o colunista finalizou uma nota sobre o caso da seguinte maneira:

“A cada dia surge uma nova barraca, novas ações guerrilheiras estão programadas, segundo a prefeitura. Os organizadores estariam criando grupos entre os invasores para, no caso de execução da reintegração de posse, invadirem diversas áreas públicas espalhadas pela Ilha. De preferência nas praias mais valorizadas. Depois disso, só falta invadirem casas de verão no Norte da Ilha.”

As críticas ao movimento se fortaleceram. Em 7 de fevereiro, na página 6, o colunista voltou a ser agressivo:

“Invadir propriedade particular na Ilha, na principal via de acesso às praias, para ocupar um imóvel na mais valorizada região urbana, sob o pretexto de reforma agrária é motivação infantil e ridícula, é conversa para boi dormir. É realmente incrível a desfaçatez com que certas seitas esquerdistas agridem a inteligência da maioria.”

Há de se registrar aqui a discordância dos autores em relação a escolha de termos como invasão e invasores, deturpando a imagem do movimento e criando a ideia de que a “invasão” assumia o significado de roubo.

Em Blumenau, as 47 áreas de concentração de pobreza saem do silêncio para serem

pautas também em situações extremas, geralmente ligadas a desastres e tragédias, como casos de deslizamentos. Um exemplo que corrobora a constatação foi o problema no abastecimento de água em final de janeiro de 2014, justamente no período em que a cidade chegou a registrar temperaturas de 40° em dias típicos de verão tornando a situação ainda mais difícil para as comunidades afetadas. A falta d'água durou pelo menos quatro dias (conforme as informações publicadas pela imprensa) e atingiu oito bairros e cerca de 50 mil pessoas, principalmente moradores dos morros Dona Edith e Figueira, no Bairro Velha Grande, uma das áreas que concentra a maior problemática social na cidade, com deficiências básicas de infraestrutura como esgoto a céu aberto, falta de creches, déficit habitacional e ocupações irregulares.

O problema enfrentado pelos moradores só veio à tona após várias manifestações feitas pela comunidade incluindo protestos com o bloqueio de ruas. Na edição do Jornal de Santa Catarina do dia 27 de janeiro o assunto foi manchete: “Moradores reagem à falta d'água na Velha”. Nas páginas internas, o subtítulo da reportagem, no entanto, dá ênfase para conotação negativa ao associar o movimento à violência, ainda que de forma indireta: “Polícia Militar teve que conter protesto de moradores do Morro Dona Edith”. Esta associação reforça preconceitos e estereótipos em relação às comunidades pobres.

A cobertura sobre o caso ganhou destaque ainda na edição de final de semana, dias 8 e 9 de fevereiro, quando o Loteamento Vila Jensen, na Itoupava Central, também listado entre as 47 áreas de concentração de pobreza, foi centro da discussão.

“No Loteamento Vila Jensen, na Itoupava Central, a água é o despertador que acorda as famílias na madrugada, sem horário previamente acertado. Quando sobe os canos até as caixas d'água no alto dos morros, os barulhos do líquido arrancam famílias inteiras do sono e da cama. Nas três casas coladas do lote 27 as noites mal dormidas fazem parte da rotina de quem não pode descansar direito em vigília pela água que virá”.

A cobertura também faz pensar sobre como os jornais cobrem os temas que envolvem as populações mais carentes. Sabe-se que há uma grande resistência em mostrar conteúdos positivos sobre a vida em comunidades periféricas ou reivindicações que pressionem governos por serviços públicos. No caso verificado em fins de janeiro de 2014, há o reconhecimento de que a comunidade só se tornou pauta em função da mobilização criada em torno de um problema crônico. No entanto, muitas outras questões relacionadas àquela área poderiam ser pauta e dificilmente veem à tona.

Talvez o principal problema na cobertura jornalística dessas áreas esteja em contextualizar os assuntos tratados de modo a não parecer que o problema da falta d'água, por exem-

plo, seja isolado ou desconexo da realidade em que estão inseridos. Historicamente, a Rua Araranguá, um dos destinos dos moradores da primeira favela na cidade, canaliza problemas de ordem social, desde que passou a ser o destino dos moradores da primeira favela da cidade – é a comunidade que mais reúne afrodescendentes na cidade de acordo com dados do IBGE. No entanto, essa realidade quase não aparece problematizada na cobertura jornalística sobre aquela comunidade. Sem contextualização, os textos sobre a região aparecem de forma fragmentada, isolada, destoam da realidade.

O problema das ocupações irregulares ganhou repercussão nacional no final de novembro de 2008 com o caso batizado pela mídia na época como “a maior tragédia climática do Brasil”. O termo é criticado por especialistas. Na avaliação deles, culpar as chuvas pelo episódio é postura equivocada. O fato só teria tomado a dimensão alcançada pela histórica falta de políticas públicas direcionadas para o déficit habitacional na cidade, defendem. Os deslizamentos causaram a morte de 24 pessoas só em Blumenau e a destruição de centenas de casas. Segundo a professora Jacqueline Samagaia, cuja tese de doutorado em Geografia na UFSC foi sobre as reconfigurações da pobreza em Blumenau, o maior número de famílias atingidas pelo desastre foi, visivelmente, a de trabalhadores empobrecidos residentes em áreas de morros, nas periferias e já vinham, há anos, solicitando respostas da administração pública de forma organizada para a situação.

Reportagem e inclusão

Reportagem é onde o jornalismo pulsa em plenitude. Considerado o gênero jornalístico mais nobre, carrega a própria essência da atividade jornalística, com o desafio de esgotar um fato em um relato ampliado. Tido como o lugar por excelência dos anônimos, a reportagem rompe com a superficialidade ao abrir espaço para a pluralidade de vozes e, como consequência, a possibilidade de compreender a questão apresentada em profundidade (LAGE, 2001). Requer abordagens múltiplas e conexões com o passado e presente.

A pressa e a cultura do texto fragmentado a que está submetida a cultura jornalística impedem a reflexão de informações que carecem de análise. Conforme sugere LLOMBART, *como e por que* ocorreu um evento é o propósito da reportagem. A reportagem só chegou aos jornais nos anos 1920. Observação, narrativa envolvente e valor documental são elementos obrigatórios do gênero. SODRÉ e FERRARI elencam as principais características de uma reportagem: predominância da forma narrativa, humanização do relato, texto de natureza

impressionista e objetividade dos fatos narrados.

Conforme o assunto ou o objeto em torno do qual gira a reportagem, algumas dessas características poderão parecer com maior destaque. Mas será sempre necessário que a narrativa (ainda que de forma variada) esteja presente numa reportagem. Ou não será reportagem.

Reportagem é interpretação do fato jornalístico, como define Cremilda Medina. Nela, o jornalista se livra da “ditadura do ontem”. Pode eternizar o que escreve: enquanto a notícia registra o aqui, o já, o acontecer, a reportagem interpretativa determina um sentido desse aqui num círculo mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente (MEDINA, 1973, p.7). Reportagem também é o espaço para os que não têm voz. Os excluídos, os mais fracos, os desgraçados, os miseráveis, as vítimas, os que estão à margem do sistema.

A autora Begoña Echevarría Llombart defende que esse gênero jornalístico nos dá pistas para compreender a realidade em que vivemos em profundidade e o que há por trás da notícia. “A reportagem é a forma futura do jornalismo escrito. Frente à competência dos novos meios audiovisuais, capazes de dar informação oportuna e rápida, a reportagem permite chegar aos dados a fundo, suas causas e todos os seus pormenores” (LLOMBART, 2011, p. 19). Para a autora, “se a notícia é uma fotografia da realidade, a reportagem é uma radiografia da mesma, uma possibilidade de diagnóstico, que o jornalista oferece ao leitor” (2011, p.19).

No entanto, a crise que atingiu a imprensa nos últimos anos reduziu drasticamente as redações e o espaço concedido à reportagem. O jornalista argentino Tomaz Eloy Martinez constata: "o jornalismo nasceu para contar histórias e parte desse impulso inicial, que era a sua razão de ser e seu fundamento, está se perdendo".

A reportagem perdeu espaço nos jornais diários diante da alegação de limitações orçamentárias e comprometimento com a rotina burocrática e apressada das redações. Com isso, jornalistas se prenderam a fontes oficiais como assessorias de imprensa e secretarias de comunicação. A ausência da reportagem e a redução da capacidade analítica dos textos ajudaram a transformar os produtos jornalísticos em objetos de entretenimento. É preciso reconhecer na reportagem um dos fundamentos do próprio jornalismo.

Rompendo a invisibilidade no jornalismo

O jornalismo como o conhecemos hoje remonta à experiência europeia no século

XVII, como já verificamos anteriormente (IJUIM, 2014). Serviu inicialmente aos interesses econômicos e difusão de ideias da burguesia. A transformação do fazer jornalístico de atividade artesanal à empresa de comunicação de massa seguiu o pensamento predominante do século XIX – Positivismo comteano – e estabeleceu parâmetros semelhantes a uma fábrica do sistema capitalista.

A evolução dos meios de comunicação exigiu a adoção de métodos e de processos fabris que permitissem maiores tiragens e em periodicidade mais curta. Também foi necessária a formação de profissionais com a rapidez que essa demanda determinava. A inevitável padronização do fazer jornalístico, ao mesmo tempo em que propiciava regularidade ao material publicado, colocava em risco sua densidade e a necessária contextualização. A departamentalização das indústrias (cartesiana) é transferida às empresas de comunicação na forma de setorização, editorias, para concentrar esforços em assuntos preestabelecidos, muitas vezes “fechando-se” ao ponto de negligenciar relações e correlações entre acontecimentos. (IJUIM, 2014)

Nos moldes em que foi criada, a imprensa se prestou a servir como multiplicadora das ideias da burguesia, que contava com os jornais para dar ressonância aos seus interesses. Nesse sentido é compreensível entender os motivos que levam à exclusão das áreas de concentração de pobreza do noticiário.

Como observa Boaventura de Sousa Santos, a Modernidade impôs ao mundo um sistema de distinções por conta de duas noções advindas das tensões entre os esforços de emancipação social e regulação social. A primeira, desenvolvida ao longo da expansão do imperialismo e do colonialismo, a que Santos chama de Pensamento Abissal, ganha grande impulso na idade moderna. A segunda, trata-se de uma razão indolente fruto dos conflitos entre as ideias iluministas e os interesses capitalistas que gera algumas monoculturas.

O Pensamento Abissal consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. Para Santos (2002),

A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível.

Complementa o autor que a característica fundamental deste pensamento é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. Daí a criação de linhas entre o colonizador e o colonizado, do civilizado e o selvagem, do branco e do negro, Norte e Sul.

Já a razão indolente típica da Modernidade causa distinções porque, em favor de uma

elite hegemônica, deturpa as noções de universal e particular. Ao eleger suas preferências e interesses como ideal (parte) quer que estes se estendam ao todo. Ou seja, as possíveis variações do movimento das partes não afetam o todo e são vistas como particularidades (Santos, 2002). Assim, são criadas as dicotomias que separam, que hierarquizam pessoas e fenômenos, como cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; Ocidente/Oriente.

Esta razão indolente supõe uma lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Conforme Santos (2002), nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável. “Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional”. Assim, estão condenados à não-existência o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Por estas razões, as populações removidas do centro de Blumenau para trás dos morros também são condenados à não-existência. Pobres, supostamente com baixo nível de escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional, estão do “outro lado da linha”.

Por suas origens, pela suposta primazia das tradições germânicas, Blumenau provavelmente tenha reelaborado ao longo de sua história uma razão indolente e estabelecido suas linhas abissais. Se a imprensa é reflexo do pensamento predominante de um tempo e de um lugar, como lembra Dines (2009), “[...] não se pode dizer que a imprensa de determinado país ou região é ruim ou boa. Ela é reflexo e segmento da própria sociedade que a serve” (2009, p. 73), a invisibilidade desta marginalização repercute nas páginas do jornalismo regional. Para a elite política e econômica de Blumenau, como para a imprensa local, a realidade “trás dos morros” simplesmente não existe.

Mas há esperança e alternativa para que as realidades de pelo menos 23 mil pessoas sejam visíveis ao todo da população?

Considerações finais

Uma corrente que encontra eco na necessidade de narrar o presente sob a perspectiva do outro é o chamado Jornalismo Libertador, nascido com base nos estudos da jornalista e professora Elaine Tavares a partir de pressupostos teóricos seguidos pela Filosofia da Libertação. Filósofo argentino, Enrique Dussel foi um dos principais fundadores da corrente de pensamento surgida na América Latina nos anos 1960 que “propôs pensar o mundo a partir

do ponto de vista do oprimido, da vítima que está fora do centro, fora da totalidade”, como resume Tavares ao definir o Jornalismo de Libertação: “Busca-se olhar o mundo a partir do olhar da comunidade das vítimas do sistema capitalista, o jornalismo de libertação se compromete em narrar a vida que vive nas estradas secundárias, nas vias marginais” (TAVARES, 2004).

Um processo de libertação pressupõe entender, e não negar, o diferente. A capacidade de superar preconceitos constitui-se um dos fundamentos desta corrente. É necessário reconhecer, no entanto, a dificuldade de colocar na pauta de grandes veículos a vida fora do centro. “O pensamento que se refugia no centro termina por ser pensado como a única realidade. Fora de suas fronteiras está o não-ser, o nada, a barbárie, o sem-sentido”. (DUSSEL:1976, p. 11).

O Jornalismo Libertador se estrutura na prática de um jornalismo não hegemônico, que é feito sob a ótica dos empobrecidos, junto e comprometido com a comunidade das vítimas – aqueles que têm ameaçadas suas condições mínimas de sobrevivência e os seus direitos como cidadãos. Narra a vida a partir do pressuposto de cada ser como único, diferente, mas real. Dá visibilidade ao marginalizado não como o pobre ou a vítima. Mas como ser colocado à margem do sistema capitalista e capaz de superar esta condição.

O Jornalismo de Libertação tem como elemento a vida nas comunidades ditas marginalizadas e oprimidas. Rompe com a moral de dominação e o modo funcionalista, contrapõe o texto gelado e sem identidade. Busca não só novas fontes, mas novos olhares. Rejeita o trabalho baseado em fundamentos impessoais, requer jornalistas que tenham posição diante do mundo.

O jornalista de que precisa o mundo dito pós-moderno – vazio de sentido e individualista – é um ser poético, que vá para além do humano, que consiga enxergar o que há de singular nos fatos, que ultrapasse a barreira da *normose* (a normalidade dos fatos), do igual. O ser poético é aquele que tem como pressuposto uma posição ética sempre a serviço da vida, da beleza, da festa, não apenas para alguns, mas para todos. Se isso é utópico ou até mesmo irreal, não importa (TAVARES: 2004, p. 23)

O jornalismo comprometido com os excluídos e marginalizados pelo sistema ganha diferentes terminologias, de acordo com o olhar de teóricos. Alguns autores se referem a ele como Jornalismo Comunitário ou Jornalismo Social, mas opta-se por não trabalhar a partir desta perspectiva por enxergar nela uma redundância.

Por estas razões, recorrer ao gênero reportagem e aos pressupostos do Jornalismo

Libertador pode ser uma possibilidade efetiva para tornar visíveis os protagonistas e as questões aqui levantadas. Há que se indagar, no entanto, quem quer assumir o compromisso social de romper com o silêncio da imprensa hegemônica. Nossa expectativa é que a mobilização popular e jornalistas comprometidos consigam alterar o quadro.

Referências bibliográficas

A NAÇÃO. *Poderá desaparecer até o fim do corrente ano a “Farroupilha”*. Ano VI, n. 130. 29 de outubro de 1949.

ANGIONI, Marilda e SAMAGAIA, Jacqueline. *A Situação dos Atingidos pelo Desastre e a Assistência (Des) Organizada*. In: FRANK, Beate e SEVEGNANI, Lucia. *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, Gente e Política*. Blumenau: Agencia de Água do Vale do Itajaí, 2009 (12-21).

CENTENÁRIO DE BLUMENAU. *Edição da Comissão de Festejos*. Blumenau. Tipografia e Livraria Blumenauense S.A, 1950.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo/Piracicaba: Loyola/UNIMEP, 1976.

FAUSTINO, Evemara. *Rua Araranguá: memória e origem*. Revista Blumenau em Cadernos, novembro/dezembro. 2002.

IJUIM. Jorge Kanehide. *Ciência e Jornalismo: Apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do jornalismo*. 2014.

JORNAL DE SANTA CATARINA. *Moradores reagem à falta de água a Velha*. Blumenau. 27 de janeiro de 2014. Pg. 10

_____. *Água. Moradores voltam a protestar na Velha Grande*. Blumenau. 28 de janeiro de 2014. Pg 10

_____. *Água que não chega*. Blumenau : 8 e 9 de fevereiro de 2014. Pgs 20 e 21

_____. *Invasões ilegais e políticas*. 21 de fevereiro de 2014. Pg. 6.

_____. *Invasões: omissão ou covardia*. 25 e 26 de janeiro de 2014. Pg. 8

_____. *Os invasores e os precedentes*. 7 de fevereiro de 2014. Pg 6.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LLOMBART, Begoña Echevarría. *El reportaje periodístico - Una radiografía de la realidad*. Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2011.

MEDINA, Cremilda de Araújo e LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente*. São Paulo: Média, 1973.

MOSER, Magali. *A indisfarçável favelização em Blumenau: uma reflexão sobre as áreas de concentração de pobreza no município*. Revista Blumenau em Cadernos, abril de 2010. (Pgs 86 a 110)

_____. *Cidade Escondida*. Série de reportagens. Jornal de Santa Catarina, dias 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2007.

MUNIZ, Marcos César. *Favela Farroupilha: A Face Oculta do Desenvolvimento Blumenauense - o discurso e a prática da década de 1940*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Regional de Blumenau/FURB. 2007.

SAMAGAIA, Jacqueline. *Globalização e Cidades: reconfigurações dos espaços de pobreza em Blumenau*. Tese de doutorado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007, p.3-46. Disponível em <http://rccs.revues.org/753> . Acesso 14 mar 2015.

_____. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002. p. 237-280. Disponível em <http://rccs.revues.org/1285> . Acesso 14 mar 2015.

SODRÉ, Muniz; Ferrari, Maria Helena. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus, 1986.

TAVARES, Elaine. *Jornalismo nas Margens – uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas*. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004.

THEIS, I.; TOMIO, F.; MATTEDI. (Org) Blumenau: Edifurb, 2000. VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela*. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.